

► Uma Análise das Tendências Mundiais sobre o Papel dos Sindicatos em Tempos de COVID-19

Um Resumo das Principais Conclusões



Resumo executivo

► Resumo executivo

O mundo do trabalho está a ser profundamente afetado pela pandemia global da COVID-19. Os governos lançaram programas de estímulo orçamental a um nível sem precedentes, visando apoiar o rendimento e o emprego, bem como para evitar o total colapso da economia.

O ***diálogo social eficaz*** e a cooperação entre governos, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores provaram ser indispensáveis para conceber e implementar estratégias e políticas adequadas para enfrentar o impacto negativo da crise da COVID-19 e para construir sociedades inclusivas.

A ***Análise das Tendências Mundiais sobre o Papel dos Sindicatos em Tempos de COVID-19*** revela, em primeiro lugar, as categorias de trabalhadores mais afetados, os trabalhadores em situação mais vulnerável e os setores mais atingidos pela pandemia da COVID-19, na perspetiva dos sindicatos. Em seguida, apresenta um resumo das respostas dos sindicatos à crise da COVID-19 e dos progressos realizados através do diálogo social tripartido ou bipartido ou de interações bilaterais com os governos de 133 países, incluindo um território, durante o período compreendido entre março e agosto de 2020. O documento prossegue revelando a posição dos sindicatos quanto às medidas económicas e sociais implementadas pelos seus governos e se os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos foram violados. Por último, fornece orientações sobre o modo como os sindicatos podem reforçar a resiliência e ajudar a construir um «melhor normal».

As conclusões da Análise das Tendências Mundiais baseiam-se na análise das tendências regionais das respostas dos sindicatos à COVID-19. Refletem as informações fornecidas por sindicatos nacionais a especialistas ACTRAV dos escritórios locais da OIT, informações disponíveis no Centro de Informação COVID-19 da OIT, bem como informação de outras fontes, tais como organizações sindicais nacionais e internacionais.

Os trabalhadores mais afetados, os trabalhadores em situação mais vulnerável e os setores mais atingidos na perspetiva dos sindicatos

Os ***trabalhadores de cuidados de saúde e da linha da frente*** são as categorias de trabalhadores mais afetados pela crise da COVID-19 a nível mundial. Arriscaram as suas vidas pelos outros, não obstante a declarada escassez de equipamento de proteção individual (EPI). De igual modo, os trabalhadores ***da economia informal***, bem como os ***trabalhadores independentes e ocasionais***, foram desproporcionalmente atingidos devido à falta de proteção e ausência de rendimentos alternativos ou de poupanças, à precariedade da relação laboral e exclusão das medidas de apoio. Por último, as micro, pequenas e médias empresas (***MPME***) sofreram fortes diminuições na procura e nas receitas, se não mesmo a interrupção total da sua atividade.

As ***mulheres, jovens, migrantes, pessoas refugiadas e pessoas com deficiência*** estão em situação mais vulnerável devido, sobretudo, por se registar nestes grupos uma maior prevalência de informalidade, precariedade, más condições de trabalho, exposição à violência e à marginalização, à falta de proteção ou de apoio por parte dos serviços públicos.

O ***turismo, o transporte rodoviário e marítimo***, bem como a ***aviação e a construção***, o ***comércio*** e a ***hote-laria*** e os ***setores do entretenimento*** e da ***indústria transformadora*** são os setores mais duramente atingidos pelo surto da COVID-19. As empresas que operam nestes setores sofreram uma suspensão temporária das operações ou interrupção das atividades económicas, restrições à liberdade de circulação e encerramento de fronteiras, sério risco de falência e graves recessões com consequências negativas para o emprego, a prestação de serviços e a disponibilidade de matérias-primas.

Respostas dos sindicatos à crise da COVID-19

Os **trabalhadores como atores ativos no diálogo social**: 108 dos 133 países, ou 81 por cento, recorreram ao diálogo social em resposta à pandemia para alcançar um consenso sobre as medidas específicas de proteção dos trabalhadores e das empresas. Houve recurso a pelo menos **uma forma de diálogo social**, tripartido, bipartido ou ambos, em 100 por cento dos países dos Estados Árabes, 88 por cento dos países asiáticos, seguidos de 84 por cento dos países da Europa e Ásia Central, 77 por cento dos países africanos e 76 por cento dos países das Américas.

Em 79 dos 133 países (59 por cento) recorreu-se ao **diálogo tripartido** entre governos, sindicatos e organizações de empregadores. Nas situações em que os sindicatos participaram no debate político, os temas de negociação mais frequentes foram a proteção social e as medidas de emprego, bem como os compromissos em matéria de relações laborais colaborativas e as medidas orçamentais e de segurança e saúde no trabalho (SST).

Em 82 dos 133 países (62 por cento) recorreu-se ao **diálogo bipartido entre empregadores e sindicatos**. Empregadores e trabalhadores expressaram frequentemente preocupações semelhantes quanto à adequação das medidas adotadas e a escassez dos necessários fornecimentos no mercado (por exemplo, EPI). Em alguns casos, apresentaram declarações, propostas ou pedidos conjuntos aos governos. Também implementaram medidas de SST reforçadas ou proporcionaram benefícios adicionais a categorias específicas de trabalhadores. Em alguns casos, assinaram memorandos de entendimento ou análises custo-benefício, com vista a impedir despedimentos coletivos e a reforçar as garantias de emprego.

Em 46 dos 133 países, incluindo um território (34 por cento), realizaram-se **interações bilaterais entre governos e sindicatos**. Os tópicos negociados incluíram alterações à legislação em vigor à luz da crise da COVID-19, prestações de redução e subsídio de desemprego para trabalhadores que perderam o emprego, apoio ao rendimento para trabalhadores independentes e pessoas necessitadas, benefícios adicionais para trabalhadores do setor da saúde e medidas no âmbito da segurança e saúde.

As **ações específicas dos sindicatos para os seus membros/trabalhadores** incluíram a criação de fun-

dos de emergência, campanhas de sensibilização, programas de formação e serviços de correspondência entre a procura e a oferta no mercado de trabalho, aconselhamento jurídico, distribuição de pacotes de alimentos e de EPI e, em alguns casos, o reconhecimento da COVID-19 como acidente de trabalho.

A **sindicalização** pelas organizações de trabalhadores tem sido muito afetada pelos confinamentos e as medidas de restrição. Como resultado, ao passo que alguns sindicatos decidiram interromper a cobrança das quotas dos membros, outros viram a crise como uma oportunidade para sensibilizar e alcançar os trabalhadores da economia informal, tendo lançado campanhas de filiação bem-sucedidas. Outros ainda optaram por formas inovadoras de organizar e chegar aos membros, ou por ações humanitárias organizadas de modo a permanecerem relevantes.

Acordo com as respostas do governo à COVID-19:

Os sindicatos em geral acolheram com satisfação as respostas dos governos à COVID-19 e demonstraram apoio na garantia do cumprimento por parte dos trabalhadores. Porém, em muitas circunstâncias, tem sido expressa insatisfação relativamente à implementação de mecanismos de diálogo social, à falta de participação dos sindicatos nos processos de tomada de decisão e à falta de clareza no que respeita às medidas adotadas. Alguns sindicatos criticaram os seus governos por não terem fornecido proteção adequada a todos, nomeadamente aos trabalhadores que são normalmente excluídos devido à sua situação profissional.

Foram denunciadas **violações dos direitos dos trabalhadores e dos sindicatos** por vários sindicatos de todas as regiões. A maioria das violações foi denunciada nos Estados Árabes (67 por cento dos países) e na Ásia e Pacífico (35 por cento dos países), seguido pela Europa e Ásia Central (29 por cento dos países), África (21 por cento dos países), e Américas (20 por cento dos países). As violações diziam principalmente respeito às Normas Internacionais do Trabalho, ao não cumprimento das regulamentações de âmbito laboral em matéria de lay-off, horas de trabalho e pagamento de salários e à inobservância dos regulamentos de SST.

Recomendações dos sindicatos aos governos e empregadores:

os pedidos dos sindicatos aos governos para uma ação imediata incluíram cuidados de saúde universais, doença prolongada, desemprego e prestações familiares, transferências monetárias,

segurança de emprego e de rendimento, apoio financeiro às empresas, cumprimento dos regulamentos de SST, atribuição de prestações em espécie e o reconhecimento da COVID-19 como acidente de trabalho. As recomendações de médio/longo prazo incluíram o fortalecimento do diálogo social, o alargamento da cobertura da proteção social, a realização de investimentos a longo prazo em serviços sociais e de assistência social e o perdão das dívidas externas.

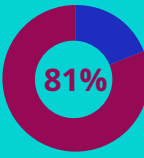
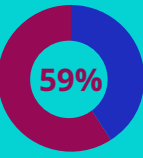
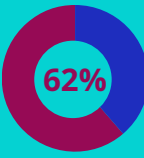
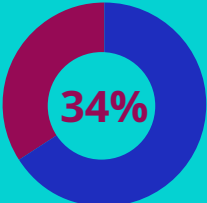
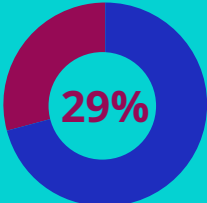
Conclusões

Os sindicatos devem considerar a crise como um alerta no sentido de contribuir para o estabelecimento de melhores estruturas e fazer avançar as agendas laborais e sociais. Para alcançar estes objetivos, os sindicatos têm de ser reconhecidos, de participar na formulação de políticas e de negociar acordos coletivos que promovam os direitos fundamentais, salários mínimos adequados e horas máximas de trabalho, prestações de saúde e de proteção social para todos, bem como segurança e saúde no trabalho.

O estabelecimento de melhores estruturas exige respostas à escala mundial baseadas num diálogo social eficaz e em relações laborais sólidas. Os sindicatos têm de assegurar que as medidas temporárias adotadas em resposta à pandemia da COVID-19 constituem um passo significativo para uma sólida recuperação centrada numa perspetiva de médio a longo prazo em consonância com as prioridades identificadas no quadro de políticas da OIT para responder à crise da COVID-19.

A agenda dos sindicatos para a resiliência e a capacitação no contexto da crise da COVID-19 e a sua recuperação deve ter como objetivo: reforçar a vontade política, contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de diálogo social, desenvolver conhecimentos e competências, aumentar a capacidade de representação, continuar a promover as prioridades dos trabalhadores, fornecer novos serviços, alargar parcerias, participar nos processos da ONU relativos ao desenvolvimento sustentável, partilhar informações e aprender com as crises anteriores.

► **Tabela 1: Em síntese: participação dos sindicatos no diálogo social tripartido e bipartido e nas interações bilaterais com os governos, bem como no seguimento das violações dos direitos dos sindicatos/trabalhadores denunciadas**

	 Diálogo social			 Interações Bilaterais	 Violações Denunciadas
	 Pelo menos uma forma de diálogo social	 Diálogo Tripartido	 Diálogo Bipartido	 (entre governos e sindicatos)	 (dos direitos dos trabalhadores e dos sindicatos)
 África	36/47 (77%)	28/47 (60%)	28/47 (60%)	12/47 (26%)	10/47 (21%)
 Américas	19/25 (76%)	15/25 (60%)	14/25 (56%)	9/25 (36%)	5/25 (20%)
 Estados Árabes	6/6 (100%)	2/6 (33%)	6/6 (100%)	3/6 (50%)	4/6 (67%)
 Ásia e Pacífico	15/17 (88%)	10/17 (59%)	12/17 (70%)	7/17 (41%)	6/17 (35%)
 Europa e Ásia Central	32/38 (84%)	24/38 (63%)	22/38 (58%)	15/38 (39%)	11/38 (29%)
 Mundo	 81%	 59%	 62%	 34%	 29%

► Quem é afetado pela crise da COVID-19?

Categorias profissionais que foram mais afetadas

► Cuidados de saúde



► Economia informal



► Migrantes



► Trabalho independente e trabalho ocasional



► Micro, Pequenas e Médias Empresas



► Mulheres



70%

► nos cuidados de saúde e sociais em 104 países

70%

► da economia informal nos países em desenvolvimento



► As medidas de quarentena COVID-19 provocaram um pico nos níveis de violência doméstica, sendo as mulheres as principais vítimas

► Jovens



- Milhões de jovens não estão a fazer a transição para o trabalho digno e correm o risco de exclusão social
- A pandemia destrói empregos e perspectivas de emprego e perturba o ensino e a formação

► Pessoas com deficiência



- Representam **15%** da população mundial e são desproporcionalmente afetadas pela pandemia
- Enfrentam a marginalização em termos sociais, económicos e de saúde e os serviços públicos são limitados na sua capacidade de as abranger

► Pessoas refugiadas



- Muitas residem em campos sobrelotados onde o distanciamento físico ou a quarentena são difíceis

► Turismo

- Devido ao isolamento e às medidas de confinamento e a uma potencial perda de 850 milhões a 1,1 mil milhões de turistas internacionais, muitos hotéis, restaurantes, operadores turísticos, companhias aéreas e navios de cruzeiro suspenderam as suas operações por tempo indeterminado
- Estão em risco 100 a 120 milhões de empregos no setor do turismo



► Transporte

- **Sector rodoviário:** Muitos países de todo o mundo impuseram restrições ao tráfego interno e/ou encerraram os postos fronteiriços aos serviços de transporte rodoviário de mercadorias.



- **Transporte marítimo:** As restrições às viagens e ao acesso aos portos afetaram gravemente o transporte marítimo.



- **Aviação civil:** De acordo com a Organização Internacional da Aviação Civil, o setor registou uma diminuição de 1,8 mil milhões de passageiros, ou 69%, entre janeiro e agosto de 2020, com perdas de entre 340 e 380 mil milhões de dólares.



Setores mais afetados

▶ Que setores são afetados pela crise da COVID-19?

▶ Setor da construção



- ▶ Antes do início da pandemia da COVID-19, muitos trabalhadores da construção civil estavam em situação de contrato de curta duração ou contrato com base num projeto. Muitos destes trabalhadores sofreram reduções nas horas de trabalho e *lay-off*, ou perderam os seus rendimentos de uma forma quase imediata.
- ▶ A situação é crítica para os trabalhadores da construção civil nos países em desenvolvimento, onde existem elevados níveis de informalidade e onde é provável que não tenham direito a indemnização por despedimento, subsídio de desemprego ou outras prestações de proteção social.

▶ Outros setores atingidos pela crise da COVID-19 são:

▶ Comércio



▶ Hotelaria e Restauração



▶ Entretenimento



▶ Indústria transformadora



▶ Qual a agenda dos sindicatos para a resiliência e a capacitação no contexto da crise e da recuperação da COVID-19?



- ▶ Reforçar a vontade política



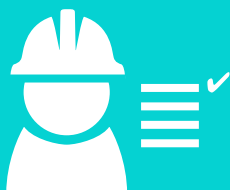
- ▶ Contribuir para fortalecer os mecanismos de diálogo social



- ▶ Criar conhecimentos e competências



- ▶ Aumentar a capacidade de representação



- ▶ Continuar a promover as prioridades dos trabalhadores



- ▶ Fornecer novos serviços



- ▶ Alargar parcerias



- ▶ Participar nos processos da ONU relativos ao desenvolvimento sustentável



- ▶ Partilhar informação



- ▶ Estabelecer novas alianças



- ▶ Aprender com as crises anteriores

► **Contacto:**

ACTRAV
Bureau Internacional do Trabalho
4 route des Morillons
CH-1211 Genebra 22 Suíça
T: +41 22 799 70 21
E: actrav@ilo.org